

ATA DA I REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE APOIO A FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DA BAHIA, FORPROF-BA, 2012

Aos dezesseis dias do mês de março, do ano de dois mil e doze, às 8hs. (oito horas), na sala 06 do Instituto Anísio Teixeira (IAT/SEC), reuniram-se os seguintes componentes do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado da Bahia (FORPROF-BA): Prof^a. Irene Maurício Cazorla, Diretora Geral do Instituto Anísio Teixeira (IAT/SEC), Vice-presidente do FORPROF-BA; Jeudy Machado de Aragão, Diretor de Formação e Experimentação (DIRFE/IAT); Prof^a. Mariana Aragão, Coordenadora de Formação de Professores (CFP/IAT/SEC); Alda Muniz Pepe, Conselheira do Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE); Prof^a. Amélia Tereza Maraux, Superintendente de Educação Básica (SUDEB/SEC); Norma Vídero, Coordenadora de Políticas da Coordenação de Desenvolvimento da Educação Superior (CODES/SEC); Yasmine Habib Silva, Representante da CODES; Maria Elisa da Silva Santos, Coordenadora Institucional do PARFOR/UNEB, Coordenadora Institucional do PARFOR/UNEB; Silvar Ferreira Ribeiro, Coordenador Institucional da UNEB/UAB; Claudionor Alves da Silva, Coordenador Institucional do PARFOR da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB); Reginaldo de Souza Silva, Representante do PARFOR/UESB; Maria Silvia Santos Barbosa, Coordenadora Institucional da UAB/UESB; Maridalva de Souza Penteado, Coordenadora Institucional da UESC/UAB; André Luiz Brito Nascimento, Coordenador Institucional do PARFOR/UEFS; Irenilson de Jesus Barbosa, Coordenador Institucional do PARFOR/UFRB; Cristiane Machado Brito, Coordenadora Institucional do PARFOR/IFBAIANO; Rosângela Novaes de Jesus, Coordenadora Institucional do PARFOR/IFBA; Rui Oliveira, Coordenador Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB); Gilvânia da Conceição Nascimento, Coordenadora Estadual da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); Alessandro Rodrigues Brandão Correia, Secretário de Educação do Município de Brejões-BA; Raquel Cruz Freire Rodrigues, Conselheira Consultiva do Nordeste pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Renê Silva, Vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME); Kathia Marise Borges Sales, Coordenadora do II Simpósio Baiano das Licenciaturas (IISBL); Carla Maria Marinho de Souza Daumerie Santos e Jamile Souza de Oliveira, técnicas da CFP/IAT, para tratar da seguinte pauta: Aprovação da oferta de cursos e vagas das IPES, na modalidade presencial, para o segundo semestre de 2012; efetivação da inclusão do consórcio UAB no FORPROF-BA (Ofício N°060/2012); ofertas de cursos para 2012.2 de Polos Estaduais da UAB; mudanças no fluxo de oferta de formação continuada, através do PDE-Interativo, no qual o FORPROF-BA é convocado a elaborar o Plano Estratégico de Formação de Professores da Bahia; institucionalização do Comitê Gestor nas IPES; situação dos Fóruns das Licenciaturas nas IPES; apresentação da proposta do “Circuito Acadêmico do FORPROF-BA”, visando à realização das reuniões ordinárias do fórum nas IPES; II Simpósio Baiano das Licenciaturas (SBL): deliberações da comissão organizadora (UNEB, Prof. Kátia Marise Borges); atualização dos dados das IPES nas planilhas enviadas em CD; relatórios de frequência assinados; situação dos professores cursistas, documento do FORPROF-BA para os municípios; e o que ocorrer.

Professora Irene iniciou a reunião apresentando o quadro de ofertas de cursos e vagas das IPES, na modalidade presencial, para o segundo semestre de 2012. Prof^a. Alda aproveitou a oportunidade e destacou que as IPES ainda estão ofertando cursos sem a autorização do CEE. Prof^a. Irene sugeriu que fossem enviados ofícios enfatizando que cursos fora de série não poderão funcionar sem licença do CEE. Prof^a. Alda insistiu que é importante que as Universidades peçam autorização do CEE para oferta dos cursos, pois esse verifica as condições físicas e pedagógicas da concretização da oferta e evita a precarização dos cursos. Prof^a. Maridalva questionou quanto tempo dura o trâmite para aprovação de um curso pelo CEE. Prof^a. Alda Pepe disse que o processo deve acontecer antes do início do curso, pois dura aproximadamente 3 meses e sublinha que, para não atrasar a formação, tem aprovado os cursos com ressalva, mas que as IPES não têm cumprido os procedimentos legais. Prof^o. Rui complementou que a CAPES tem a mesma preocupação que o CEE, e destacou que todos os cursos devem estar cadastrados no EMEC, pois só serão aprovados os cursos que passarem pelos procedimentos legais dos Conselhos Estaduais. Prof^o. Nildon concordou com regulamentação desses cursos e se comprometeu a enviar os ofícios as IPES enfatizando esse aspecto. Ainda sobre a oferta Alessandro sugeriu que se faça um estudo da demanda e das condições das IPES antes de promover a oferta. Prof^a. Mônica concordou com sugestão do estudo da demanda e indica a possibilidade do FORPROF-BA não aprovar a oferta de cursos que ainda não foram autorizados pelo CEE. Prof^o Nildon destacou que se deve fortalecer a consolidação dos Fóruns de Licenciaturas dentro da Universidade, seja Federal ou Estadual, para que nesses sejam tratadas as questões menores sobre a formação de professores. Na discussão da efetivação da inclusão do consórcio UAB no FORPROF-BA (Ofício N°060/2012), Prof^a. Irene informou que a UFRB ofertará cursos EAD. Prof^a. Alda aproveitou a oportunidade e chamou a atenção dos presentes sobre a qualidade dos cursos EAD e o perfil do tutor e informa que está sendo elaborado um parecer que regulará essas questões. Prof^o. Reginaldo atentou que o Fórum tem que resgatar a função política e pedagógica, portanto a qualidade dos cursos também deve ser discutida. Prof^o Reginaldo destacou ainda, que atribuições do Fórum vão além da aprovação da oferta. Prof^o. Nildon disse que é preciso refletir sobre a qualidade do ensino à distância, já que esse é um instrumento que otimiza o tempo e propicia a aprendizagem. Sobre oferta de cursos para 2012.2 de Polos Estaduais da UAB, Prof^a. Maridalva esclareceu que, no caso dos Polos UAB, os cursos são aprovados pelo MEC antes do funcionamento. Prof^a. Irene pediu para que a Prof^a. Silvia falasse um pouco sobre Reunião Consórcio e apresentou a demanda de cursos para o município de Campo Alegre de Lourdes, único que encaminhou pedido oficial. Prof^a. Silvia informou que as ofertas para 2012.2 já foram sistematizadas em uma reunião com coordenadores da UAB e que essas estariam disponíveis no SISUAB. Na sequência, Prof^a. Irene apresentou a proposta do PDE Interativo, que consistirá no planejamento da oferta para atender a demanda que será motivada diretamente pelas escolas públicas e enfatizou a importância da atuação da escola neste processo. Essas deverão se apropriar do SIMEC para cadastrar seus planos de formação. Para tanto, será realizada uma Videoconferência no dia 20 de março/2012 para os 417 municípios e as 32 DIREC. Prof^a. Irene demonstrou para os presentes o fluxo para efetivação do PDE, explicou que a Unidade Escolar confecciona seu Plano de Formação 2012 a 2014, que é validado pelo Secretário Estadual e Municipal e, após isso, o FORPROF elaborou o planejamento estratégico para

atender as demandas das escolas. Prof^a. Irene destacou o papel do FORPROF-BA quanto à Elaboração de um plano estratégico de formação do Estado. Prof^a. Amélia Muarax questionou se o PDE Interativo propiciará espaços de discussão com as IPES sobre a composição dessa proposta. A mesma apontou também o PDE Interativo como uma oportunidade das IPES repensarem seus currículos e estabelecer uma aproximação com as escolas. Prof^a. Irene ressaltou que os cursos devem ser pensados de acordo com a realidade da Escola e que a elaboração desses deve ser feita com as IPES. Raquel perguntou qual a diferença entre a Plataforma Freire e o PDE Interativo e a Prof^a. Irene explicou que a primeira se limita a atender apenas às demandas de formação inicial. Vitor Lobo apresentou o SIMEC, sistema que viabilizará a efetivação do PDE Interativo. Os representantes das IPES criticaram o PDE Interativo, pois o referido plano já sinalizou os cursos disponíveis bem como a suas estruturas curriculares sem dialogar com as Universidades Baianas. Prof^a. Irene mencionou que está sendo firmado um acordo com 4 IPES para que os estudantes de graduação estejam na escola monitorando alunos e que isso é uma excelente forma de aproximar a Universidade da Escola. Em seguida Prof^a. Irene falou da importância da institucionalização do Comitê Gestor nas IPES e destacou a importância deste na reorganização das Universidades para atender as necessidades de Formação dos Professores da Educação Básica. Prof^o. Reginaldo chamou os presentes a olhar também pela formação dos professores que estão nos presídios, que segundo ele são espaços de altíssima reincidência e que a educação é um instrumento em potencial para melhorar a vida dos sujeitos inseridos nesses espaços. Prof^o. Nildon concordou com Prof^o. Reginaldo e disse que, infelizmente, a educação prisional é uma cópia da modalidade de EJA regular e não contempla as especificidades desse ambiente. Ainda com a oportunidade Prof^o. Nildon informou que serão implantadas 1000 escolas de Educação Integral e convidou as IPES a pensar currículos para tal modalidade, já que instrumentos para essa modalidade são escassos. Prof^o. Reginaldo defende que a demanda das IPES é grande e que as mesmas têm recursos limitados para atendê-la. Ele lembrou que os índices da educação baiana são os piores, mesmo o Estado possuindo o sexto maior PIB do País. Ainda com a oportunidade, ele foi contundente ao afirmar que os problemas relativos à Educação só serão resolvidos quando essa for prioridade para o Estado. Prof^a. Alda disse que para o atendimento das necessidades de formação de professores tem que haver objetividade e otimização da oferta e que deve ser feita uma análise das iniciativas de formação de professores que já temos, para saber que elementos podem ser aproveitados para servir à realidade do Estado. Prof^a. Mônica apontou que é importante as IPES ouvirem as Secretarias Municipais no sentido de identificar as necessidades locais. Prof^a. Irene destacou que é essencial conhecer as iniciativas que visam à qualidade do ensino, como exemplo, o reforço que tem sido dado às disciplinas de português e matemática para o ensino fundamental e complementou dizendo que sabe que as dificuldades não estão relacionadas apenas as disciplinas mencionadas e apontou a necessidade de efetivar um estudo na escola para identificar outras carências. Prof^a. Irene questionou os presentes sobre como está à implementação dos comitês gestores e os Fóruns das Licenciaturas nas IES: Prof^a. Maridalva disse que na UESC existe um dos dois, mas, no momento, não saberia precisar qual; UNEB, o fórum está em discussão; UESB, já foi indicada a composição do comitê; UFRB, ambos estão sendo encaminhados; UEFS, o fórum já foi implementado; IFBA, os dois estão sendo encaminhados; e IFBAIANO, fórum já em funcionamento e comitê em

discussão. Prof^a. Irene informou que o coordenador do Comitê Gestor receberá bolsa. Em seguida, Prof^a. Irene apresentou a proposta do “Circuito Acadêmico do FORPROF-BA”, visando à realização das reuniões ordinárias do Fórum nas IES, na tentativa de estabelecer uma aproximação com as Universidades, bem como ouvir os professores-cursistas do PARFOR-BA, além de conhecer as instalações. Prof^o. Reginaldo sugeriu que as reuniões sejam alternadas entre IPES federais e estaduais e que se disponibilize um espaço para que um especialista discuta questões conceituais ligadas ao PARFOR-BA. O FORPROF-BA aprovou as seguintes datas para as IES sediarem o Fórum: 27/04/12 na UESC, 25/05/12 na UFBA, 05/07/12 será o II SBL, no IAT, 10/08/12 na UEFS, 14/09/12 na UFRB, 05/10/12 no IFBA, 07/12/12 no IAT e o IFBAIANO sediará uma das reuniões do ano 2013. Prof^a. Mariana deu sequência à discussão da pauta e falou da importância da atualização dos dados do PARFOR-BA e lembrou aos Coordenadores Institucionais que ainda aguarda o CD contendo informações referentes a esse Plano em cada IES. Prof^a. Mariana demonstrou os novos padrões dos relatórios de frequência que deverão ser assinados pelos professores cursistas, como exigência do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Prof^o. Reginaldo aproveitou a oportunidade e falou que se deve pensar numa forma de garantir a substituição dos professores nas salas de aula no período de formação, sobretudo os da rede municipal que têm enfrentado grandes dificuldades nesse aspecto. Prof^o. Rui, informou que, para mudar essas condições, a CAPES criou um termo de colaboração para que os Municípios tomem conhecimento das suas atribuições para a formação de professores. Prof^o. André destacou que a UEFS fará uma discussão com os Municípios contemplados pelo PARFOR-BA para tratar de questões referentes a esse Plano e que pretende convidar a UNCME e a UNDIME. Às 13h30, Prof^a. Kathia apresentou os encaminhamentos já efetivados para o II Simpósio Baiano das Licenciaturas (II SBL) e a minuta de programação do referido evento, na qual foram feitos alguns ajustes. Sobre a composição das mesas, o Fórum apontou a necessidade da presença de um especialista de Educação Especial, para participar da discussão sobre “Formação de Professores para a Afirmação da Educação Inclusiva”. Destacou-se a importância de concluir o texto do GT1, “Plano Estadual de Formação”, que contribuirá com as discussões do II SBL. Os presentes trouxeram à tona a participação das instituições particulares na formação de professores e a necessidade de incluí-las nas várias iniciativas relacionadas ao assunto. Prof^o. Rui informou que o MEC tem o PAEP, que é um programa que financia esse tipo de evento e que, caso as IPES tenham necessidade, basta escrever a proposta e aguardar a aprovação. Sobre as inscrições, ficou definido que cada IPES teria uma cota mínima de inscritos no II SBL e que essas seriam também responsáveis por divulgar o evento e mobilizar participantes. A UESC e a UESB ficaram de verificar suas estruturas e decidir qual das duas estariam mais apta para fazer a edição do vídeo das apresentações do II SBL. O IFBA avaliará a possibilidade de financiar o “*coffe break*” do evento. Encerradas as definições do II SBL, o Prof^o. Reginaldo mencionou o interesse da UESB em elaborar um documento abordando o interesse dos professores em fazer o mestrado profissional. Mencionou, também, sobre a implementação do Mestrado em Alfabetização com a parceria entre UESC e UESB. Prof^o. Nildon disse que essa é uma linha bastante pertinente para o momento, já que o Governo do Estado quer priorizar a alfabetização e aderiu ao “Programa Alfabetização na Idade Certa”. Prof^a. Irene esclareceu que a questão do mestrado é de interesse do Estado e que já tinha sido discutida em Fórum, mas perdeu um

